



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SARANDI

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 094/2024

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 024/2024

ART. 75, INCISO II, LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.

1. PREÂMBULO

MUNICÍPIO DE SARANDI, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Presidente Vargas, s/n.º, Sarandi-RS, inscrito no CNPJ sob o n.º 97.320.030/0001-17, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **NILTON DEBASTIANI**, brasileiro, casado, portador do RG n.5*****183 SSP/DI RS, e do CPF n.º 3*****-87, residente e domiciliado na Avenida Duque de Caxias, 1337, Sarandi/RS, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, torna público que, realiza **DISPENSA DE LICITAÇÃO** para **Aquisição e instalação de vidros com estrutura metálica na Escola Municipal de Ensino Fundamental Ana Prestes**, com base nas justificativas e disposições legais abaixo fixadas.

1.1 Conforme artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o presente edital de contratação direta será de participação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte (ME - EPP).

DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

DIA **05/07/2024 ÀS 09:00 HORAS**

Protocolo de orçamentos devem ser enviados para o e-mail:

licitacao.proposta@sarandi.rs.gov.br.

O julgamento dos valores acontecerá no dia 05/07/2024 AS 14H:00MIN.:

LINK DO EDITAL:

<http://177.70.69.227:8080/TransparenciaJavaEnvironment/com.tche.transparencia.wlicitacao>
[es](#)

2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SARANDI

2.1. Conforme prevê o art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, com atualização de valores dada pelo Decreto 11.871/2023 em seu artigo 1º, o qual dispõem que é dispensável a licitação para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos), no caso de outros serviços e compras;

2.2. É cediço que, em razão do ordenamento vigente, a licitação pública é obrigatória. No entanto, também é cediço que essa obrigatoriedade tem por finalidade a proteção do interesse público em razão da possibilidade da prática de atos imorais, atos esses evitados pela pessoalidade e que possam acarretar em tratamento discriminatório não previsto em lei.

2.3. O motivo maior da existência da licitação pública é o respeito ao Princípio Constitucional da Isonomia, uma vez que o Contrato Administrativo decorrente da licitação pública vem ao final trazer benefícios econômicos ao contratado e, por esse motivo, todos aqueles potenciais interessados em contratar com a Administração Pública devem, nos termos da legislação vigente, ser tratados de maneira isonômica por parte da Administração Pública.

2.4. Neste sentido, a regra geral vigente no arcabouço jurídico pátrio é de que a contratação pública deve ser precedida de licitação pública, conforme a redação do art. 37, inciso XXI da Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB/1988, não deixando dúvidas o acima exposto. Entretanto, o próprio art. 37, inciso XXI, da CRFB de 1988 reza que podem existir casos previstos na legislação infraconstitucional em que a Administração Pública, respeitadas as formalidades legais, pode contratar de forma direta, conforme transcrição a seguir:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SARANDI

- 2.5.** Em mesmo sentido, e conforme redação do art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, são autorizadas contratações de forma direta.
- 2.6.** Deste modo, a rigor, as compras, serviços, obras, alienações e locações realizadas no âmbito da Administração Pública Brasileira serão precedidos de processo licitatório, conforme fixa o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal de 1988.
- 2.7.** Com efeito, as contratações diretas constituem exceções à regra geral e, como tal, somente podem ser realizadas nos estreitos limites fixados pela legislação vigente.
- 2.8.** No arcabouço jurídico pátrio, existem duas possibilidades de contratação direta, quais sejam: **a) por dispensa de licitação;** ou **b) por inexigibilidade de licitação.** Especificamente para o caso em tela, o Inc. II do art. 75, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, autoriza a dispensa de licitação.
- 2.9.** Conforme §3º. Do artigo 75, da Lei 14.133/2021, as contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1 A contratação para a aquisição e instalação de vidros com estrutura metálica na Escola Municipal de Ensino Fundamental Ana Prestes encontra-se devidamente fundamentada nos estudos técnicos preliminares realizados. Tais estudos evidenciam a imperiosa necessidade de promover o fechamento lateral de uma área coberta onde as crianças realizam suas atividades recreativas, com o propósito de mitigar a incidência de ventos gelados e precipitações pluviométricas, garantindo, assim, maior conforto e segurança para os discentes.

3.2 A instalação dos vidros temperados de 8mm, acompanhados de uma estrutura metálica robusta, conforme delineado no projeto anexo, permitirá a criação de uma barreira eficaz contra as intempéries climáticas. Este fechamento proporcionará a devida proteção do ambiente coberto, assegurando que o mesmo se mantenha utilizável e seguro para as crianças, independentemente das condições climáticas externas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SARANDI

3.3 Os benefícios advindos dessa intervenção são inúmeros e significativos, incluindo a melhoria do bem-estar das crianças, que disporão de um ambiente recreativo mais confortável e resguardado, bem como a possibilidade de continuidade das atividades lúdicas em quaisquer condições meteorológicas, promovendo o desenvolvimento integral dos alunos. A execução do projeto seguirá rigorosamente as especificações técnicas preconizadas no anexo, observando todas as normas de segurança e qualidade pertinentes

4. DO OBJETO E DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

A presente dispensa de licitação tem por objeto a **Aquisição e instalação de vidros com estrutura metálica na Escola Municipal de Ensino Fundamental Ana Prestes.**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓD .	UNID. MED.	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	PARTI CI-PAÇÃO LC N.º 123/06
1	Vidro temperado incolor fixo 8mm – Inclusive instalação	3945	M²	4,85	R\$460,00	R\$2.231,00	Exclusivo para beneficiários da LC 123/06
2	Janela em vidro temperado incolor 8mm, com estrutura de correr em alumínio – Inclusive Instalação	82	M²	12,18	R\$550,00	R\$6.699,00	Exclusivo para beneficiários da LC 123/06

Valor total estimado/máximo admitido para a licitação (R\$): 8.930,00 (oito mil novecentos e trinta reais)

5. DAS OBRIGAÇÕES

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. A contratada cumprirá todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus Anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

5.2. Realizar a entrega dos itens dentro do prazo estipulado no Termo de Referência;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SARANDI

- 5.3.** Considerar os preços propostos completos e suficientes para o fornecimento do objeto desta contratação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou à má interpretação de parte da CONTRATADA;
- 5.4.** Arcar com os encargos previdenciários, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributários, itens, embalagens, tarifas, fretes, seguros, descarga, transporte, material, responsabilidade civil e outros resultantes do contrato, bem como os riscos atinentes à atividade, inclusive quaisquer despesas que venham a incidir sobre os itens, objeto desta contratação;
- 5.5.** Entende-se por encargos os tributos (impostos, taxas), contribuições fiscais e parafiscais, os instituídos por leis sociais, emolumentos, fornecimento de mão de obra especializada, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal, estada, hospedagem, alimentação e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Termo de Referência;
- 5.6.** Indenizar terceiros e ao CONTRATANTE os possíveis prejuízos ou danos, decorrentes de dolo ou culpa, durante a contratação, em conformidade com o artigo 120 da Lei n.º 14.133/21;
- 5.7.** Arcar com todas as despesas necessárias à execução do objeto contratado;
- 5.8.** Cumprir fielmente o contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 5.9.** Substituir o objeto avariado no prazo estabelecido neste Termo de Referência, ou não sendo possível, indenizar o valor correspondente acrescido de perdas e danos, mediante toda e qualquer impugnação feita pelo CONTRATANTE;
- 5.10.** Prestar informações sobre a utilização do objeto;
- 5.11.** Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Dispensa, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 5.12.** Responder pela qualidade, quantidade, validade, segurança e demais características do objeto, bem como a observação às normas técnicas;
- 5.13.** Não subcontratar o objeto deste contrato, salvo esteja expressamente permitido neste Termo de Referência;
- 5.14.** Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SARANDI

5.15. Informar ao setor financeiro da Secretaria requisitante, durante o período de vigência do contrato, qualquer alteração de endereço, telefone, correio eletrônico (e-mail) ou outros dados.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.16. Receber, fiscalizar, orientar, contestar, dirimir dúvidas emergentes da execução do objeto contratado.

5.17. Receber o objeto e lavrar termo de recebimento provisório. Se o objeto contratado não estiver de acordo com as especificações do CONTRATANTE, rejeitá-lo, no todo ou em parte. Do contrário, após a análise de compatibilidade entre o contratado e o efetivamente entregue, será lavrado o termo de recebimento definitivo.

5.18. Permitir o acesso dos representantes da ADJUDICATÁRIA ao local de entrega, desde que devidamente identificados.

5.19. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

5.20. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência.

5.21. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

6.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SARANDI

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis) ou Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

6.2. Após será analisado os seguintes documentos:

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- f) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- g) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

6.3 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- h) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- i) Certidão de Regularidade, da Secretaria da Receita Federal, e Certidão Quanto à Dívida Ativa da **União**, da Procuradoria da Fazenda Nacional ou a Certidão Conjunta



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SARANDI

Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Receita federal do Brasil;

- j) Certidão Negativa de débitos para com a Fazenda **Estadual** do domicílio da sede da licitante;
- k) Certidão Negativa de débitos para com a Fazenda **Municipal** do domicílio da sede da licitante;
- l) Certificado de Regularidade do **FGTS** (CRF) perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;
- m) Prova de Inscrição no cadastro de contribuinte, **ICMS/ISS**: Inscrição Estadual ou Municipal, caso tenha, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação. A Inscrição Estadual é emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda e Planejamento. A inscrição do cadastro Estadual ou municipal deverá ser comprovado com o documento legível impresso e NÃO com o Código QR, sendo passível de DESCLASSIFICAÇÃO.
- n) Certidão Negativa de Débito Trabalhista em cumprimento a Lei nº 12.440/2011, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (<http://www.tst.jus.br/certidao>).

6.4 HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- o) Certidão Negativa de **falência, de concordata**, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

6.5 DECLARAÇÕES

- p) **Declaração** de que a licitante observa o cumprimento ao disposto no Artigo 7º, XXXIII da Constituição Federal, que versa sobre a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, ficando ciente de que a infração importará em cláusula de rescisão do contrato;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SARANDI

- q) **Declaração** de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- r) **Declaração de que sua proposta** econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta;
- s) Caso a empresa pretenda se valer dos benefícios previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar 123/06, deverá apresentar **Declaração firmada por contador** ou pelo dirigente, proprietário ou sócio com poderes de administração, sob as penas da Lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, ou então, Comprovante de Inscrição no Simples Nacional ou Comprovante da Qualidade de microempresa e empresa de pequeno porte. A empresa que não comprovar seu enquadramento terá presunção de renúncia às prerrogativas da referida Lei, acarretando tratamento sem respectivos privilégios.

7 DA FORMA DE PAGAMENTO

- 7.1 O pagamento será efetuado no prazo de 12 (doze) dias contados da emissão da nota fiscal ou após a realização dos serviços ora contratados.
- 7.2 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.3 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.4 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.5 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente. E ainda, para fins de pagamento a empresa deverá seguir as seguintes orientações: Ficam obrigados as pessoas jurídicas informar com base na Instrução Normativa RFB nº1.234/2012 o enquadramento legal e percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço a que se sujeitam à retenção do IR, sobre o valor total do



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SARANDI

documento fiscal, o referido embasamento e percentual deverá constar no corpo da nota fiscal.

7.6 As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero devem informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do IR e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

7.7 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8 EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1 O fornecimento e instalação de vidros com estrutura metálica na Escola Municipal de Ensino Fundamental Ana Prestes será realizado de forma integral, mediante autorização de fornecimento e/ou nota de empenho expedida pelo Município de Sarandi.

A partir da emissão do empenho, a contratada deverá realizar a entrega dos itens solicitados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa contratada deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência.

Qualquer pleito de prorrogação de prazo será analisado pelo Município, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior

8.2. Local e Horário de Entrega

As instalações deverão ser realizadas na Escola Municipal de Ensino Fundamental Ana Prestes, localizada na Rua Arlindo Pilonetto, 396, Cohab.

Os materiais deverão ser entregues em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00 ou das 13:30 às 17:00. A entrega e instalação deverão ser custeadas pela contratada, sem ônus adicional ao Município.

A entrega deverá ser custeada pela contratada, sem ônus adicional ao município;

8.3. Conformidade e Substituição de Itens



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SARANDI

Ao receber os itens, o responsável técnico designado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC) do Município realizará a verificação da conformidade dos itens com os requisitos técnicos estabelecidos no contrato.

Caso algum item seja entregue em inconformidade com os requisitos técnicos, a contratada deverá providenciar sua substituição no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, sem custos adicionais para o Município.

9 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 As despesas da presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Secretaria Municipal da Saúde

Dotação: 0802.12.361.0115.2062.3390.30.24 – RV: 1543 – CR: 33554/1 – Não tem CPRV

10 – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 A CONTRATADA que cometer qualquer conduta que infrinja as condições e prazos estabelecidos no instrumento, em contrato ou na legislação atinente à execução do objeto ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, conforme disposto na Lei n.º 14.133/21, às sanções a seguir estabelecidas, aplicáveis após regular Processo Administrativo de Penalização de fornecedor em conformidade com o Decreto Municipal n.º 4481 de 12 de abril de 2024:

10.2 ADVERTÊNCIA ESCRITA em razão de falhas que não caibam a aplicação de sanção mais grave em virtude de serem corrigidas no prazo estipulado pela fiscalização.

10.3 MULTA por descumprimento de prazos e condições ajustados, conforme classificação de gravidade da inconformidade diagnosticada pelo CONTRATANTE, seguindo, ainda a tabela de classificação de inconformidades integrante deste item, nos seguintes termos:

10.4 Para inconformidade LEVE, será aplicada multa na razão de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, sobre o valor global do item/grupo, até 30 (trinta) dias de atraso, podendo, justificadamente, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil e/ou rescindido o contrato, nas seguintes situações:

- a) pela não entrega da documentação exigida para o certame, nos prazos previstos;
- b) pelo retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SARANDI**

10.5 Para inconformidade MODERADA, será aplicada multa de 10% (dez por cento), sobre o valor da parcela inadimplida, podendo, justificadamente, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil e/ou rescindido o contrato, nas seguintes situações:

- a) pela entrega do objeto em desacordo com o solicitado, quando não houver a pronta adequação no prazo fixado;
- b) pela não manutenção da proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c) pela subcontratação de serviços quando não permitidos.

10.6 Para inconformidade GRAVE:

- a) Será aplicada multa de 15% (quinze por cento), sobre o valor global do item/grupo, pela não celebração do contrato ou não entrega da documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) Será aplicada multa de 0,10% (dez décimos por cento), ao dia, sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento), pelo atraso injustificado na entrega do objeto, em prazo superior a 30 (trinta) dias consecutivos;
- c) Será aplicada multa de 15% (quinze por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil e/ou rescindido o contrato, pela inexecução parcial do objeto, salvo quando causar grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, será aplicada a penalidade correspondente.

10.7 Para inconformidade GRAVÍSSIMA:

- a) Será aplicada multa de 20% (vinte por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil e/ou rescindido o contrato, pela inexecução total do objeto.
- b) Será aplicada multa de 30% (trinta por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil e/ou rescindido o contrato, pela inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SARANDI

c) Quando da reincidência em irregularidades será dobrada a multa correspondente à infração cometida conforme subitens anteriores, até o limite de 30% (trinta por cento).

10.8 IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a Administração Municipal pelo prazo de até 3 (três) anos, bem como demais cominações legais, quando a licitante:

- a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- b) dar causa à inexecução total ou parcial do objeto;
- c) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

10.9 IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a Administração Municipal pelo prazo de até 6 (seis) anos, bem como demais cominações legais, quando a licitante:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o procedimento ou a execução do contrato;
- b) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5.º da Lei n.º 12.846, de 1.º de agosto de 2013;
- f) ocorrer em 1 (uma) infração enquadrada como gravíssima ou 2 (duas) infrações enquadradas como grave ou 3 (três) infrações enquadradas como moderada aplicáveis após regular Processo Administrativo de Penalização de fornecedor em conformidade com o Decreto Municipal nº 4481/2024 ou 4 (quatro) infrações enquadradas como leve, ou, independente do grau, no caso da ocorrência de 5 (cinco) infrações.

10.10 DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a executora ressarcir o CONTRATANTE pelos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SARANDI

prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior.

10.11 Será facultada à CONTRATADA, nos termos da lei, apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas neste Termo de Referência.

10.12 As multas e seu pagamento não eximirão a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos, decorrentes das infrações cometidas.

10.13 Caso a multa não seja quitada em até 15 (quinze) dias contados da emissão da DARM, estará sujeita à atualização monetária com base no mesmo índice previsto no subitem de reajuste (ou de pagamento).

11 DO FORO

11.1 O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente DISPENSA DE LICITAÇÃO, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Sarandi/RS.

Integram este Termo de Dispensa, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;

ANEXO III- MODELOS DE DECLARAÇÕES, CONFORME SOLICITADO NESTE TERMO DE EDITAL.

Sarandi, 02 de julho de 2024.

ANA PAULA RIBEIRO

Portaria nº 8504 de 29 de fevereiro de 2024

Matrícula nº 3618-0



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SARANDI

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA
Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 099/2024

Município de Sarandi/RS

Secretaria Municipal da Saúde

1. OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição e instalação de vidros com estrutura metálica na Escola Municipal de Ensino Fundamental Ana Prestes.

2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

A presente licitação tem como objeto a aquisição e instalação de vidros na Escola Municipal de Ensino Fundamental Ana Prestes. Esta aquisição é classificada como de natureza comum, em conformidade com o artigo 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser claramente definidos por meio das especificações habituais de mercado, estabelecidas no respectivo edital.

O quantitativo dos materiais a serem adquiridos corresponde à demanda expressa no Documento de Formalização de Demanda (DFD) elaborado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Este quantitativo é apresentado detalhadamente na tabela abaixo:

ITE M	ESPECIFICAÇÃO	CÓD.	UNID. MED.	QTD
1.	Vidro temperado incolor fixo 8mm – Inclusive instalação	3945	m²	4,85
2.	Janela em vidro temperado incolor 8mm, com estrutura de correr em alumínio – Inclusive Instalação	82	m²	12,18

Tabela 1: Quantidades Necessárias

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Federal nº 10.818, de 27 de setembro de 2021. Além disso, vislumbra-se que o valor é compatível com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto no Decreto Municipal n.º 4481 de 12 de abril de 2024, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Município de Sarandi/RS.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SARANDI

O prazo de vigência do contrato será de 03 (três) meses, contado a partir da data de assinatura do documento contratual, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado a necessidade.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Fundamentação

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontram-se pormenorizadas em Tópico específico do Documento de Formalização de Demanda, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. Necessidade/Justificativa

A contratação para a aquisição e instalação de vidros com estrutura metálica na Escola Municipal de Ensino Fundamental Ana Prestes encontra-se devidamente fundamentada nos estudos técnicos preliminares realizados. Tais estudos evidenciam a imperiosa necessidade de promover o fechamento lateral de uma área coberta onde as crianças realizam suas atividades recreativas, com o propósito de mitigar a incidência de ventos gelados e precipitações pluviométricas, garantindo, assim, maior conforto e segurança para os discentes.

A instalação dos vidros temperados de 8mm, acompanhados de uma estrutura metálica robusta, conforme delineado no projeto anexo, permitirá a criação de uma barreira eficaz contra as intempéries climáticas. Este fechamento proporcionará a devida proteção do ambiente coberto, assegurando que o mesmo se mantenha utilizável e seguro para as crianças, independentemente das condições climáticas externas.

Os benefícios advindos dessa intervenção são inúmeros e significativos, incluindo a melhoria do bem-estar das crianças, que disporão de um ambiente recreativo mais confortável e resguardado, bem como a possibilidade de continuidade das atividades lúdicas em quaisquer condições meteorológicas, promovendo o desenvolvimento integral dos alunos. A execução do projeto seguirá rigorosamente as especificações técnicas preconizadas no anexo, observando todas as normas de segurança e qualidade pertinentes.

3.3. Fundamentação Jurídica

A fundamentação jurídica para a presente contratação está alicerçada na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre as normas gerais de licitação e contratação para a Administração Pública.

Conforme o disposto no artigo 75, inciso II, da referida lei:

"Art. 75. É dispensável a licitação:

[...]

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos), no caso de outros serviços e compras; (Vide Decreto nº 10.922, de 2021) (Vigência) (Vide Decreto nº 11.317, de 2022) Vigência (Vide Decreto nº 11.871, de 2023) Vigência"



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SARANDI**

Para esta contratação específica, conforme aferido pela pesquisa de mercado realizada em conformidade com o artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, o valor estimado é de R\$ 8.930,00 (oito mil novecentos e trinta reais), situando-se, portanto, bem abaixo do limite estabelecido para a dispensa de licitação.

Dessa forma, a contratação para a aquisição e instalação de vidros com estrutura metálica na Escola Municipal de Ensino Fundamental Ana Prestes está plenamente respaldada pelo disposto na legislação vigente, dispensando-se o processo licitatório devido ao valor estimado ser inferior ao limite estipulado, garantindo-se a legalidade e a eficiência na execução do objeto contratado.

Ressalte-se que o detalhamento adicional quanto ao embasamento jurídico constará no parecer jurídico a ser elaborado, assegurando o pleno cumprimento das exigências legais e normativas aplicáveis.

3.4. Previsão no PCA

A ausência da previsão desta contratação no Plano de Contratações Anuais (PCA) se deve ao fato de que o referido plano ainda está em fase de elaboração. Nesse estágio, a inclusão específica de itens contratuais, como o mencionado, não foi finalizada. Assim, a ausência desse item no PCA é meramente reflexo do processo em andamento de elaboração e ajuste do plano anual de contratações. Ademais, a contratação conta com recurso específico para esse fim, oriundo da emenda impositiva nº 139/2023 da bancada do PDT.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A fase inicial do projeto envolveu uma meticulosa análise das necessidades da escola, com especial atenção às condições climáticas locais e ao uso do espaço coberto pelas crianças. Estudos técnicos preliminares foram realizados, determinando as especificações adequadas dos materiais a serem empregados, de modo a garantir que os vidros temperados de 8mm e a estrutura metálica em alumínio anodizado ou aço galvanizado ofereçam a resistência necessária contra ventos e chuvas, além de assegurar a segurança dos alunos.

A seleção e aquisição dos materiais foram realizadas com critério, optando-se por vidros temperados de alta resistência e estruturas metálicas robustas, reconhecidos por sua durabilidade e capacidade de suportar condições adversas. O processo de instalação será conduzido por uma equipe qualificada, seguindo rigorosamente o projeto técnico anexo. Durante a instalação, todas as normas de segurança serão observadas, minimizando os riscos para os alunos e a comunidade escolar, e o cronograma da obra será planejado para não interferir nas atividades diárias da escola, assegurando que o ambiente permaneça seguro e utilizável.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SARANDI

Concluída a instalação, o ambiente fechado com vidros proporcionará um espaço confortável e seguro para as crianças brincarem, independentemente das condições climáticas externas.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Requisitos Técnicos

✓ Vidros Temperados:

Espessura: 8mm

Tipo: Vidro temperado

Certificação: Devem atender às normas técnicas brasileiras (NBR) específicas para vidros de segurança (NBR 14698 e NBR 7199)

Tratamento térmico: Devem ser submetidos a tratamento térmico para aumentar a resistência mecânica e térmica.

✓ Estrutura Metálica:

Material: Alumínio anodizado ou aço galvanizado

Espessura e dimensões: Conforme especificado no projeto técnico anexo, garantindo resistência e durabilidade adequadas

Acabamento: Pintura ou revestimento anticorrosivo, conforme as especificações técnicas e normas aplicáveis (NBR 6323)

✓ Fixação e Montagem:

Sistema de fixação: Deverá garantir a segurança e estabilidade dos vidros e da estrutura, resistindo às condições climáticas locais (ventos fortes e chuvas)

Métodos de fixação: Parafusos, suportes e selantes de alta resistência, compatíveis com os materiais usados

Selagem: Utilização de selantes apropriados para vedação, evitando infiltrações de água e garantindo isolamento térmico.

✓ Normas de Segurança e Qualidade:

Conformidade com a NBR 10821 (Esquadrias Externas para Edificações)

Observância das normas de segurança do trabalho durante a instalação (NR 18 e NR 35)

✓ Outros Requisitos:

Realização de uma inspeção final, com a participação de um responsável técnico, para verificar a conformidade da instalação com o projeto e as especificações técnicas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SARANDI

5.2. Requisitos de Sustentabilidade

Não serão exigidos requisitos especiais de sustentabilidade. No entanto, é encorajado que os fornecedores adotem práticas ambientalmente responsáveis sempre que possível.

5.3. Indicações de Marcas ou Modelos

Não serão indicadas marcas ou modelos específicos, de forma a garantir a competitividade e isonomia entre os fornecedores. Contudo, os produtos devem atender rigorosamente às especificações técnicas e normas brasileiras de qualidade e segurança mencionadas.

5.4. Exigência de Amostras

Não serão solicitadas amostras dos materiais propostos durante o processo de seleção. A avaliação será baseada nas especificações técnicas e nas garantias de conformidade dos produtos oferecidos pelos fornecedores.

5.5. Possibilidade de Subcontratação

Será permitida a subcontratação de partes do serviço, desde que previamente aprovada pela contratante. A empresa contratada deverá fornecer todas as informações referentes à subcontratada, incluindo qualificações e comprovação de capacidade técnica. A responsabilidade pela execução dos serviços subcontratados e pelo cumprimento das especificações contratuais permanecerá integralmente com a contratada principal.

5.6. Garantia da Contratação

Será exigida uma garantia mínima de 5 anos para os materiais e serviços executados. Esta garantia cobre eventuais defeitos de fabricação, problemas de instalação e quaisquer falhas que possam comprometer a segurança e funcionalidade do sistema instalado.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Condições de Execução

O fornecimento e instalação de vidros com estrutura metálica na Escola Municipal de Ensino Fundamental Ana Prestes será realizado de forma integral, mediante autorização de fornecimento e/ou nota de empenho expedida pelo Município de Sarandi.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SARANDI

A partir da emissão do empenho, a contratada deverá realizar a entrega dos itens solicitados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa contratada deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência.

Qualquer pleito de prorrogação de prazo será analisado pelo Município, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.2. Local e Horário de Entrega

As instalações deverão ser realizadas na Escola Municipal de Ensino Fundamental Ana Prestes, localizada na Rua Arlindo Pilonetto, 396, Cohab.

Os materiais deverão ser entregues em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00 ou das 13:30 às 17:00. A entrega e instalação deverão ser custeadas pela contratada, sem ônus adicional ao Município.

A entrega deverá ser custeada pela contratada, sem ônus adicional ao município.

6.3. Conformidade e Substituição de Itens

Ao receber os itens, o responsável técnico designado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC) do Município realizará a verificação da conformidade dos itens com os requisitos técnicos estabelecidos no contrato.

Caso algum item seja entregue em inconformidade com os requisitos técnicos, a contratada deverá providenciar sua substituição no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, sem custos adicionais para o Município.

6.4. Garantia da Contratação

Em conformidade com o art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, não será exigida a prestação de garantia para esta contratação.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SARANDI

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

FISCALIZAÇÃO (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput e Decreto Municipal nº 4481, de 12 de abril de 2024, art. 5º)

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Na designação de agente público para atuar como Fiscal ou Gestor de Contratos de que trata a Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, a autoridade municipal observará o seguinte:

§ 1º - O Fiscal de Contratos ou Equipe de Acompanhamento de Contratos contará com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto na Lei n' 14.133, de 1º de abril de 2021, sempre que entender necessário.

§ 2º - O apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno restringir-se-á a questões formais em que pairar dúvida fundamentada do Fiscal ou Gestor de contratos.

§ 3º - O Fiscal de Contratos ou Equipe de Acompanhamento de Contratos contará com o apoio dos órgãos técnicos para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sempre que entender necessário.

Fiscal de Contrato



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SARANDI

O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º; Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II).

O Fiscal de Contrato contará com o apoio dos órgãos técnicos, órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais a execução do disposto na Lei nº 14.133, sempre que entender necessário (Lei nº 14.133, de 2021, art. 115, §3º).

Gestor do Contrato

Ao Gestor de Contratos incumbe gerenciar as relações firmadas com a contratada analisando dados, informações e pareceres técnicos dos fiscais quanto a execução do objeto, a avaliação da qualidade dos resultados obtidos, bem como informações atualizadas que viabilizem a tomada de decisão relacionada a manutenção, ou não, das condições contratuais, zelando para que a execução ocorra de forma mais econômica e que atenda às necessidades de planejamento da Autarquia.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. Medição dos Serviços

A medição dos fornecimentos será realizada por meio da conferência e liquidação das notas e materiais devidamente entregues e instalados pela contratada. O recebimento seguirá as disposições do art. 52 do Decreto Municipal 4481, de 12 de abril de 2024:

Recebimento provisório em até 15 dias da comunicação.

Recebimento definitivo para verificação da qualidade e quantidade do material em até 30 dias da comunicação.

8.2. Critérios de Pagamento

Os pagamentos serão efetuados conforme as diretrizes estabelecidas no art. 52 do Decreto Municipal 4481/2024 e demais normas aplicáveis.

O pagamento do fornecedor será realizado em até 12 dias corridos a contar do recebimento da nota fiscal devidamente acompanhada da documentação mínima necessária, junto à Secretaria Municipal do Desenvolvimento e Fazenda.

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

A data do pagamento será considerada o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SARANDI

Será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, retendo-se na fonte os percentuais estabelecidos pela lei.

A Nota Fiscal emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, o número da Dispensa da Licitação.

As pessoas jurídicas devem informar o enquadramento legal e percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço sujeito à retenção do IR, conforme Instrução Normativa RFB nº1.234/2012.

Empresas optantes pelo Simples Nacional estarão isentas da retenção tributária, desde que comprovem tal condição por meio de documento oficial.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. Processo de Seleção

A seleção do fornecedor para a aquisição e instalação de vidros com estrutura metálica na Escola Municipal de Ensino Fundamental Ana Prestes será realizada com base na proposta economicamente mais favorável. O processo será conduzido por meio de dispensa de licitação, conforme previsto no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

9.2. Exigências da Habilitação

A forma de realização referente as consultas no que diz respeito as documentações de habilitação e demais documentos, está prevista em edital.

I - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

II - Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

III - Serão aceitas certidões positivas com efeito negativo.

IV - Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de emissão, com exceção documentos de identidade e contrato social.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SARANDI**

9.3. Habilitação Jurídica

I - No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

II - Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

III - No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

IV - No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

V - No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

VI - No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

VII - Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva

9.4. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - Certidão de Regularidade, da Secretaria da Receita Federal, e Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, da Procuradoria da Fazenda Nacional ou a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; emitida pela Receita federal do Brasil;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SARANDI

III - Certidão Negativa de débitos para com a Fazenda Estadual do domicílio da sede da licitante;

IV - Certidão Negativa de débitos para com a Fazenda Municipal do domicílio da sede da licitante;

V - Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

VI - Prova de Inscrição no cadastro de contribuinte, ICMS/ISS: Inscrição Estadual ou Municipal, caso tenha, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação. A Inscrição Estadual é emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda e Planejamento. A inscrição do cadastro Estadual ou municipal deverá ser comprovado com o documento legível impresso e NÃO com o Código QR, sendo passível de DESCLASSIFICAÇÃO.

VII - Certidão Negativa de Débito Trabalhista em cumprimento a Lei nº 12.440/2011, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (<http://www.tst.jus.br/certidao>).

9.5. Qualificação Econômico-financeira

I - Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

10. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO, REPACTUAÇÃO OU REAJUSTE GERAL

Fica expressamente vedado qualquer reajuste de valores, repactuação ou reequilíbrio econômico-financeiro durante a vigência do contrato. Os valores acordados permanecerão fixos e irreeajustáveis até o término dos serviços contratados, não sendo admitidas quaisquer solicitações de alteração nos preços contratados, independentemente de variações econômicas ou outros fatores externos.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Segue abaixo a tabela com os medicamentos, seus valores unitários e a estimativa total de contratação, apurados de acordo com o Decreto Municipal n.º 4481 de 12 de abril de 2024, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sobre Licitações e Contratos Administrativos no âmbito do Município de Sarandi/RS:

#	ESPECIFICAÇÃO	CÓ D.	UNI D.	QTD	Valor Médi. Unt.	Estimati va Total	Forneced or
---	---------------	----------	-----------	-----	------------------------	----------------------	----------------



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SARANDI

ME D.							
1	Vidro temperado incolor fixo 8mm – Inclusive instalação	394 5	m²	4,85	R\$ 460,00	R\$ 2.231,00	Exclusivo para beneficiários da LC 123/06
2	Janela em vidro temperado incolor 8mm, com estrutura de correr em alumínio – Inclusive Instalação	82	m²	12,18	R\$550,00	R\$ 6.699,00	Exclusivo para beneficiários da LC 123/06

Tabela 2: Estimativa de Valores

Os valores unitários foram obtidos por meio de cotação de preços conforme as diretrizes estabelecidas no Decreto Municipal, considerando os parâmetros exigidos para a obtenção dos preços. A memória de cálculo detalhada e os documentos que fundamentam essas estimativas estão disponíveis em documento separado e classificado para consulta.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendida decorrerá das seguintes dotações orçamentárias, conforme informado através de documentação anexa:

Secretaria Municipal da Saúde

Dotação: 0802.12.361.0115.2062.3390.30.24 – RV: 1543 – CR: 33554/1 – Não tem CPRV

A conferência de recursos para a contratação ficará a cargo do Secretário Municipal de Saúde, que deverá verificar a existência de saldo suficiente na data da realização da despesa.

Realizadas as tarefas pertinentes à elaboração do termo de referência, **encaminho o processo para análise do documento**, para prosseguimento. Cabe mencionar que a documentação apresentada pela empresa não fora analisada pelo responsável pela elaboração deste documento.

Sarandi/RS, 26 de junho de 2024.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SARANDI

Vitor Zottis Batista
Responsável pela elaboração do TR
Matrícula: 04041-0

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

NOME DE FANTASIA:						
RAZÃO SOCIAL:						
CNPJ:						
INSC. EST.:						
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM () NÃO()						
ENDEREÇO:						
BAIRRO:			CIDADE:			
CEP:			E-MAIL:			
TELEFONE:			FAX:			
CONTATO DA LICITANTE:			TELEFONE:			
BANCO DA LICITANTE:			CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:			
Nº DA AGÊNCIA:						
ITE NS	DESCRIÇÃO	MAR CA	QUAN T.	UNIDA DE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1.						
TOTAL POR EXTENSO:						

A EMPRESA: DECLARA QUE:

- 1 ESTÃO INCLUSAS NO VALOR COTADO TODAS AS DESPESAS COM MÃO DE OBRA E, BEM COMO, TODOS OS TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS, SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS E, AINDA, OS GASTOS COM TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DOS PRODUTOS EM EMBALAGENS ADEQUADAS.
- 2 VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS.
- 3 PRAZO DE INICIO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERENCIA (ANEXO I) DO EDITAL DESSE PROCESSO.
- 4 QUE NÃO INCIDE NAS VEDAÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 14.133/2021.
- 5 QUE O PRAZO DE INICIO DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS SERÁ DE ACORDO COM OS TERMOS ESTABELECIDOS NO ANEXO I, DESTE EDITAL A CONTAR DO RECEBIMENTO, POR PARTE DA CONTRATADA, DA ORDEM DE COMPRA OU



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SARANDI

DOCUMENTO SIMILAR. TODOS OS BENS SERÃO AVALIADOS, SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DE NÃO ACEITE, CASO NÃO ATENDA A DESCRIMINAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA DO REFERIDO EDITAL OU DE MÁ QUALIDADE.

LOCAL E DATA

CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

OBS. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE APRESENTAREM COTAÇÕES CONTENDO PREÇOS EXCESSIVOS, SIMBÓLICOS, DE VALOR ZERO OU INEXEQUÍVEIS, NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, OU AINDA, QUE OFEREÇAM PREÇOS OU VANTAGENS BASEADAS NAS OFERTAS DOS DEMAIS LICITANTES.

ANEXO III - MODELOS DE DECLARAÇÕES

DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO ART. 63, inciso I e § 1º, DA LEI FEDERAL
Nº 14.133/2021

XXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ nº XXXXXXXXXXXXX, telefone 54 XXXXXXXXXXXXX com sede na cidade de XXXXXXXXX na XXXXXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXXXXXXXXXXX neste ato representada pelo Sr. XXXXXXXXXXXXXXXX DECLARA que atende aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei. Considerando o disposto no § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS também, sob pena de desclassificação, que nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas

Sarandi, XXXXXXXXX de 2024.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SARANDI

CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXX

ÀO:

MUNICÍPIO DE SARANDI/RS

Prezados Senhores:

DECLARAÇÃO REF. EMPREGO DE MENOR

XXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ nº XXXXXXXXXXXXX, telefone 54 XXXXXXXXXXXX com sede na cidade de XXXXXXXX na XXXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXXXXXXXX neste ato representada pelo Sr. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX DECLARA para fins do disposto no inciso VI, do art. 68, da Lei Federal nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos. Ressalva: () Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz

Sarandi, XXXXXXXX de 2024.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SARANDI

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXX

ÀO:

MUNICÍPIO DE SARANDI/RS

Prezados Senhores:

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS DO ART. 63, IV, DA LEI
FEDERAL Nº 14.133/2021

XXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ nº XXXXXXXXXXXXX, telefone 54 XXXXXXXXXXXXX
com sede na cidade de XXXXXXXX na XXXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXXXXXXXXX neste
ato representada pelo Sr. XXXXXXXXXXXXXXXX e Considerando o disposto no inciso IV
do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARA que cumprimos as exigências de
reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social,
previstas em lei e em outras normas específicas.

Sarandi, XXXXXXXX de 2024.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SARANDI

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXX

**DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA (MICROEMPRESA OU EMPRESA DE
PEQUENO PORTE)**

[**NOME DA EMPRESA**], [QUALIFICAÇÃO: TIPO DE SOCIEDADE (LTDA, S.A, ETC.), ENDEREÇO COMPLETO, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº [XXXX], NESTE ATO REPRESENTADA PELO [CARGO] [NOME DO REPRESENTANTE LEGAL], PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº [XXXX], INSCRITO NO CPF SOB O Nº [XXXX], **DECLARA**, SOB AS PENALIDADES DA LEI, QUE SE ENQUADRA COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 E PELO ARTIGO 4º DA LEI Nº 14.133/2021.

DECLARO, PARA FINS DA LC 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES, SOB AS PENALIDADES DESTA, SER:

(☐) **MICROEMPRESA** – RECEITA BRUTA ANUAL IGUAL OU INFERIOR A 360.000,00 E ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SARANDI

POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO
§ 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** – RECEITA BRUTA ANUAL SUPERIOR A
360.000,00 E IGUAL OU INFERIOR A 4.800.000,00 VALORES , ESTANDO APTA A FRUIR
OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE
ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART.
3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

OBSERVAÇÕES:

- ESTA DECLARAÇÃO PODERÁ SER PREENCHIDA SOMENTE PELA LICITANTE
ENQUADRADA COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC 123, DE 14 DE DEZEMBRO
DE 2006;
- A NÃO APRESENTAÇÃO DESTA DECLARAÇÃO SERÁ INTERPRETADA COMO NÃO
ENQUADRAMENTO DA LICITANTE COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC Nº
123/2006, OU A OPÇÃO PELA NÃO UTILIZAÇÃO DO DIREITO DE TRATAMENTO
DIFERENCIADO.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME E ASSINATURA DO CONTADOR / CRC